

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

IGOR DA SILVA COSTA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO E
SEU PAPEL NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 2011 A 2015.**

São Luís

2018

IGOR DA SILVA COSTA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO E
SEU PAPEL NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 2011 A 2015.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Ms. Heric Santos Hossoé

São Luís

2018

Costa, Igor da Silva

O programa de acesso ao ensino técnico e emprego e seu papel no processo de financeirização da educação brasileira no período entre 2011 a 2015 / Igor da Silva. – 2018. 45f.

Orientador (a): Heric Santos Hossoé
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís: 2018.

1. Financeirização 1. 2. Rentismo 2. 3. Políticas públicas 3. I.
Costa, Igor da Silva, Hossé, Heric Santos. II. Título.

IGOR DA SILVA COSTA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO E
SEU PAPEL NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 2011 A 2015**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: / /2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Heric Santos Hossé
Universidade Federal do Maranhão

2º Examinador

3º Examinador

Aos meus queridos pais, Crecencio Pereira Costa e Francinete da Silva Costa, pelo apoio, preocupação e confiança e por incentivar-me na busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus que tem me dado forças, por cada benção concedida e pela capacitação em cada desafio e conquistas de vida.

Aos meus pais, Crecencio e Francinete, minha irmã, Anyelle, minha prima Ivoneide, minha namorada Ana Beatriz, meu amigo Luís Felipe e aos demais amigos, pelas palavras de encorajamento, motivação, apoio constante, por acreditarem em minha capacidade e me mostrarem a importância da conclusão deste curso.

Ao professor orientador Ms. Heric Hossoé, pela disponibilidade como profissional e orientação desta obra.

A todos os professores do DECON desta Universidade, que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação, com presteza e polidez com que atenderam meus pedidos de ajuda no decorrer desta pesquisa.

A consultoria FFCA que me forneceu dados no estudo do PRONATEC, juntamente com o sistema S principalmente o Sest Senat.

A todos que confiaram e me apoiaram nesta conquista.

O mercado não gosta de transparência, seria muito competitivo, e isso levaria a lucros e preços e taxas (no caso bancos) mais baixas.

(Stiglitz, 2009).

RESUMO

Historicamente, o desenvolvimento econômico de um país é o principal objetivo de uma nação, isso implica afirmar, que esta é uma variável alinhada com o nível de renda do país. Tendo em vista, que o nível de renda movimenta-se conforme o nível de emprego, o PRONATEC – Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego, foi implantado pelo governo federal para ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. O presente estudo teve como objetivo investigar no cenário atual os mecanismos de transmissão, no qual os recursos públicos aplicados no PRONATEC foram apropriados pelo setor privado no contexto da implantação do programa. A metodologia utilizada foi a análise de fontes primárias, documentos e leis que o estabelecem, e a revisão bibliográfica sobre os termos relacionados ao PRONATEC e ao contexto do sistema do capital na atualidade. Empregou-se a observação no contexto da unidade de análise e os dados secundários referentes a execução do PRONATEC, como número de vagas preenchidas, áreas tecnológicas de abrangência e características, número de instituições beneficiadas e valor destinado ao programa no orçamento. A conclusão inicial revelou que levando em consideração a perspectiva do PRONATEC, a educação acaba sendo concebida como um bem de produção para os grandes interessados que recebem o recurso final desse programa e a política educacional que era para ser pública, acaba sendo política de fomento as grandes intuições privadas de educação.

Palavras-chave: Financeirização. Rentismo. Políticas públicas.

ABSTRACT

In recent years, in order to establish themselves in an increasingly competitive market and more demanding customers, companies are looking for new ways to achieve competitive advantage and efficiency, with people-based skills management being one of them. This model seeks talented professionals open to new learning in order to develop their main competencies that interfere in their individual and professional success concomitantly linked to the success of organizations. The present case study conducted at the Variety Show Store in *São José de Ribamar* aimed to investigate the selection of candidates for the position of vendors, focusing on selection by competencies. The research is qualitative, exploratory in nature. As for methodological procedures, a bibliographic research was carried out focusing mainly on authors such as Dutra (2001; 2008), Rabaglio (2001; 2008), Casanova (2013), Las Casas (1997), Fleury and Fleury , Zarifian (2001), among others, aiming to theoretically subsidize the study. The observation was used in the context of the unit of analysis and the secondary data were obtained through documentary research and interview with the Human Resources Manager about the selection process of the Store. The survey revealed that vendors are still selected by the traditional model although the Manager recognizes the importance of Competency Management and is likely to implement it soon.

Key words: Competence. Management by competence. Personnel Selection Process.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Lei nº 12.513/2011,.....	17
Quadro 2 Organização da oferta de educação profissional prévia ao PRONATEC, 20	
Quadro 3 Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Crescimento do PIB,.....	13
Gráfico 2 Evolução dos investimentos em infraestrutura por setor,	14
Gráfico 3 Execução orçamentária do MEC: ensino profissional (2003 – 2012)	24
Gráfico 4 Evolução das cotações da Kroton, Estácio e Anhanguera	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Transferências anuais aos parceiros ofertantes do PRONATEC - 2011 a maio de 2014 (R\$) – em valores nominais,	27
Tabela 2 Vagas ofertadas por meio do PRONATEC de 2011 a 2014, segundo relatório de Gestão da SETEC/MEC/2013,	29
Tabela 3 Principais grupos do mercado educacional brasileiro e ano de abertura de capital na BM&F Bovespa	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	Educação profissionalizante como uma política pública.....	12
2.2	Conjuntura de implantação do PRONATEC.....	13
2.2.1	O problema da falta da mão de obra especializada.....	15
2.3	Conceito do PRONATEC.....	16
2.3.1	Contexto e forma de implementação do PRONATEC.....	19
2.3.2	Operacionalização do PRONATEC.....	21
2.4	A financeirização da formação educacional.....	24
2.4.1	Transmissão de recursos para o setor privado.....	27
2.4.2	O apogeu dos grandes conglomerados educacionais privados.....	31
2.5	Consequência do PRONATEC na desigualdade social.....	36
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Nos anos anteriores a 2011, o governo federal utilizou como diagnóstico para o crescimento econômico enquanto projeto de nação, a falta de qualificação técnica na mão de obra brasileira. Utilizando-se desse subterfúgio, objetivando interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (MEC, 2011) criou-se condições favoráveis para implantação do que viria a ser o PRONATEC – Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego surgindo como uma política pública visando a erradicação da pobreza e as desigualdades do país, por meio de ofertas de bolsas de estudos para cursos de nível técnico e profissionalizante, dedicando-se ao objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta e o acesso a cursos de educação profissional técnica.

A qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo (SCHULTZ, 1964). Utilizando essa linha de pensamento, num primeiro momento, durante o processo de planejamento do PRONATEC, observou-se que este programa poderia ter potencial para alcançar todas as camadas da população, desde que seus mecanismos de implantação favorecesse o acesso do público – alvo, que na sua maioria é constituída por jovens.

Diante desse cenário, num primeiro momento da sua implantação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC contemplava apenas instituições federais e do Sistema S (SESC, SENAC, SENAT, SENAR). Num segundo momento da sua implantação, por meio da Lei 12.513, em 26 de dezembro de 2011, o PRONATEC se constituiu em um conjunto de ações que visavam ampliar a oferta de vagas na educação profissionalizante técnica brasileira, com metas ousadas de atender oito milhões de beneficiários, criação de duzentas novas escolas técnicas federais e investimentos na ordem de um bilhão de reais. Nesta etapa, o governo enxergou nas instituições de ensino superior privada os locais que serviriam ao propósito de execução do programa, dado que nessas instituições, toda a estrutura de ensino já se encontrava estabelecida, sendo necessário somente o desenvolvimento de um credenciamento para essas instituições seguirem o modelo e as diretrizes de ensino do programa.

Entretanto, nos anos que seguiram após a implantação do PRONATEC em 2011, observou-se, que no Brasil as instituições de ensino superior privada que aderiram ao programa alcançaram altas receitas principalmente no que se refere aos rendimento em aplicações financeiras, aliado a isso, ocorreram várias fusões e aquisições que resultaram na criação de enormes grupos educacionais privados.

Desse modo, este trabalho objetiva identificar e analisar os mecanismos que levaram a esse processo, do que veio a se tornar atualmente os grandes grupos privados educacionais, e como o PRONATEC de formas diretas e indiretas com a sua operacionalização favoreceu a esse movimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação profissionalizante como uma política pública

Acompanhar, controlar e administrar os recursos direcionados a educação deve ser responsabilidade do Estado, mesmo ele não sendo o único responsável pela execução (EPSJV/FIOCRUZ, 2014). No conjunto das políticas que envolvem a educação, surge a formação profissional e tecnológica que recebe características de importância fundamental no processo de desenvolvimento e qualificação dos trabalhadores. Nesse contexto, surgem variados interesses na formação do trabalhador como “os sindicatos, os empresários, a iniciativa privada em matéria educacional, o segmento comunitário (associação de moradores, associações religiosas e beneficentes, organizações não-governamentais)” (EPSJV/FIOCRUZ, 2014, p. 39).

Nos últimos anos houve um direcionamento da política de governo na educação para atender aos problemas do desemprego e da reestruturação produtiva, de forma que para atingir esse objetivo foram executados recursos na ampliação dos Institutos Federais de Ensino Técnico, entretanto, o reconhecimento da necessidade do aumento de nível de escolaridade do trabalhador aliado a defasagem da estrutura física do ensino público, fez com que essa política fosse “conduzida no sentido de desobrigar progressivamente o Estado dessa responsabilidade, além de gerar outros problemas mediante a reforma imposta ao ensino médio técnico federal, com desdobramentos nos sistemas estaduais (EPSJV/FIOCRUZ, 2014).

Segundo CARCANHOLO (2010), essa transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado é resultante dos impactos da ofensiva do capital no seu objetivo de sempre buscar elevar a mais – valia. E este processo de aprofundamento das reformas neoliberais só tendem a se ampliar e ganhar justificativas influenciadas pelo pensamento conservador, como sendo a única forma de atravessar a crise atual do capitalismo, ou seja, refletindo na redução das escassas políticas públicas, redução de gastos e investimentos públicos e pressão por novas privatizações. A longo prazo para contornar a crise sob a ótica

conservadora, CARCANHOLO (2010) alerta para um futuro de valorização da lógica do capital fictício acompanhada de maior arrocho na classe trabalhadora.

2.2 Conjuntura de implantação do PRONATEC

Durante o período que antecedeu o ano de 2010, a indústria brasileira emitiu sinais de pessimismo, dado pela crise de expectativa negativa dos setores que apresentavam dificuldades, causado principalmente pela crise de 2008, conforme o gráfico 1 abaixo.

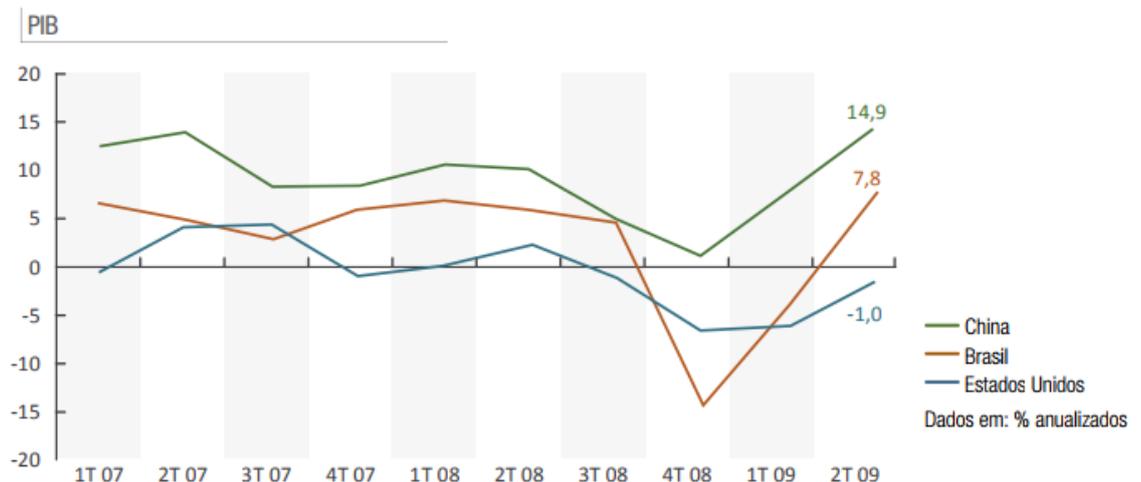


Gráfico 1 – Crescimento do PIB

Fonte: BEA (Estados Unidos), JP Morgan (China) e IBGE (Brasil); *Ministério da Fazenda (2009)*

Esse movimento de declínio da atividade econômica brasileira em 2008 acabou gerando uma falta de confiança no crescimento futuro da economia, e a preocupação em estabelecer uma política industrial mais sustentável.

Diante desse cenário, observou-se que uma alternativa, seria o aumento de

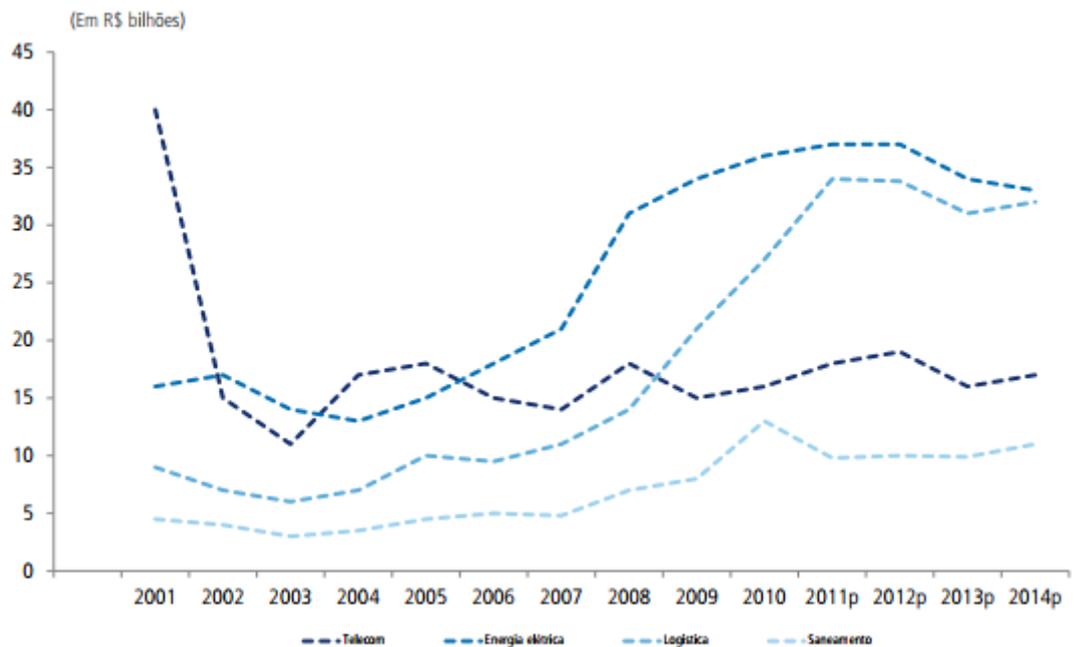
¹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do Governo Federal Brasileiro, anunciado em janeiro de 2007, com uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões, para o período 2007-2010, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Com o investimento em infraestrutura, o objetivo do governo é eliminar os principais gargalos que impedem o crescimento econômico, viabilizando o aumento da produtividade das empresas, além do estímulo ao investimento privado e à redução das desigualdades regionais. (RODRIGUES, SALVADOR, 2011, p.130)

investimento em infraestrutura tanto por parte do governo com o PAC¹ - Programa de Aceleração do Crescimento, como pela atração de investimentos privados.

Entretanto, a vocação produtiva de uma determinada região e sua potencialidade para o investimento, passa pelos insumos que levam a geração de tecnologia e inserção de mão de obra qualificada para execução dos projetos.

Dessa forma, com o PAC auxiliado pelo complemento da iniciativa privada, segundo CASSIOLATO, GARCIA (2014), favoreceu a um aumento do investimento no período de 2007 a 2010, conforme gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Evolução dos investimentos em infraestrutura por setor



Fonte: Grupo de trabalho do investimento, Área de Pesquisas Econômicas (APE)/ BNDES, 2011.

Com o crescimento na economia brasileira em 2010 na taxa de 7.5%, iniciou-se um alerta sobre a disponibilidade da oferta de mão-de-obra qualificada para se fazer frente a essa demanda. Dessa forma, “entidades empresariais pressionaram o governo para liberar a importação de trabalhadores técnicos e profissionais graduados, enfrentando a oposição do movimento sindical dos trabalhadores, em particular de suas principais centrais, que veem, nessa possibilidade, a perda dos melhores postos de trabalho para imigrantes estrangeiros” (CASSIOLATO, GARCIA, 2014, p. 28).

Segundo PACHECO (2010), a convergência de fatores que acarretam no investimento em infraestrutura levam ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto de elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional. Essa concepção tem sua formação na hegemonia das demandas do mercado ditadas pelo desenvolvimento industrial.

2.2.1 O problema da falta da mão de obra especializada

Afim de atrair o investimento direto estrangeiro, durante o período do governo Lula (2003 a 2010) e início do governo Dilma (2011) acreditava-se que “a falta de mão de obra qualificada no Brasil é um gargalo tão importante para o desenvolvimento do país quanto a infraestrutura” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2010).

De acordo com Schultz (1964), a qualificação e o conseqüente aperfeiçoamento das camadas que envolvem os trabalhadores, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo.

Assim sendo, a falta de mão de obra qualificada segundo o senso comum estabelecido pela imprensa e alguns trabalhos publicados que surgiram como justificativa para implantação do que veio a ser o PRONATEC, pareceu ser um dos maiores entraves ao investimento no país.

Primeiramente, deve-se compreender no tocante ao pensamento do investimento e sua relação com a escassez de mão de obra qualificada; nesse sentido Fonseca (2001) aduz o seguinte:

(...) não basta apenas criar ideias, é preciso usá-las. A educação neste nível deve concentrar-se nas necessidades de mercado, sendo os recursos distribuídos com base em critérios práticos sem, contudo, desconsiderar a qualidade do ensino.
(FONSECA, 2001, p.73)

Percebe-se que a problemática de qualificação da mão de obra passa a ter uma visão mais voltada as necessidades de atender as demandas pelo mercado.

Nesse contexto, segundo Fonseca (2001) o planejamento do governo federal deveria ser no direcionamento dos investimentos em educação, antes de qualquer iniciativa do programa de industrialização. Ainda acrescenta que:

O processo tornou-se bem mais dinâmico, de modo que aqueles países cujos trabalhadores não se mantiverem em constante aprendizado podem perder a capacidade de criar e mesmo absorver novas ideias e verem seu progresso tecnológico diminuir.
(FONSECA, 2001, p.72)

Esse pensamento estabelece que a curto e médio prazo, a diferença entre a demanda por mão de obra qualificada e a criação de um estoque de capital humano levaria a uma estagnação do progresso tecnológico local. O que no longo prazo pode transformar-se em um problema estrutural para o desenvolvimento da economia nacional.

Assim, com o mercado demandando protagonismo do Estado na organização da educação profissional e técnica no Brasil, e com o governo ciente do contexto oportuno e da necessidade de se criar ambiente competitivo à produção de bens e serviços no país, “a organização do PRONATEC veio como resposta a essa demanda” (CASSIOLATO, GARCIA, 2014, p. 12)

2.3 Conceito do PRONATEC

A fim de atender as demandas do mercado por força de trabalho, o governo federal identificou alguns eixos que justificassem a implantação de um programa de capacitação profissional, entre os quais: a formação complementar do ensino médio e transformação dos trabalhadores em geral, viabilizada por um curso de duração mais curta, este que possibilitasse tanto a formação direcionada ao setor industrial, serviços e ao setor agrícola que atendesse o agronegócio. Essa capacitação segundo o governo federal seria fundamental aos anseios do desenvolvimento econômico, visando atender a competitividade brasileira.

Para CASSIOLATO e GARCIA (2014, p. 25) “a conjuntura econômica também favoreceu a aprovação rápida e a manutenção do espírito do projeto de lei”. Desde 2006, determinados setores acusavam a inexistência de força de trabalho com as qualificações requeridas em suas respectivas atividades.

Assim sendo, em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, foi lançado o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – PRONATEC, conforme fato relatado por Castioni (2013):

A presidenta Dilma, cumprindo uma das suas promessas de campanha, apresentou ao Congresso Nacional o projeto de Lei n. 1209, de 29 de abril de 2011, que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e Emprego (PRONATEC). Foi aprovado pelo Congresso Nacional e transformado na lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. (CASTIONI, 2024, p.37)

O PRONATEC teve como objetivo final disponibilizar aos jovens e adultos um ensino técnico em parcerias com Estados e Municípios. Nesse contexto, o programa como uma política pública voltada para a educação fazendo parte do Programa Brasil Sem Miséria do governo Dilma.

Juntamente com o PRONATEC, tornou-se necessária toda uma formatação no arranjo institucional do MEC, direcionando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) a gestão do programa, assim, criou-se a base na qual o PRONATEC seria executado conforme quadro 1 abaixo definido na PL 12.513:

Quadro 1 – Lei nº 12.513/2011

<p>Artigo 1º Parágrafo único. São objetivos do PRONATEC:</p> <p>I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;</p> <p>II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;</p> <p>III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;</p> <p>IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;</p> <p>V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.</p> <p>Artigo 2º O PRONATEC atenderá prioritariamente</p> <p>I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;</p> <p>II - trabalhadores;</p> <p>III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e</p> <p>IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.</p> <p>Artigo 4º O PRONATEC será desenvolvido por meio das seguintes ações</p> <p>I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;</p> <p>II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;</p> <p>III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;</p> <p>IV - oferta de Bolsa-Formação, nas modalidades:</p> <p>a) Bolsa-Formação Estudante; e</p> <p>b) Bolsa-Formação Trabalhador;</p> <p>V - financiamento da educação profissional e tecnológica;</p> <p>VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância;</p> <p>VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;</p> <p>VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e</p> <p>IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.</p>

Fonte: Lei nº 12.513/2011.

Sempre com o intuito de beneficiar empresas que buscam profissionais formados em diversas áreas técnicas e ainda aliados ao objetivo de expandir o ensino técnico, justificado pelo Ministério do Desenvolvimento Social como um mecanismo até mesmo de saída da pobreza. Castioni (2013) na tentativa de identificar os objetivos do programa, expõe as diretrizes que o governo federal visava atingir:

O PRONATEC tem o objetivo de: i) ampliar as vagas e continuar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; ii) fomentar a ampliação de vagas das redes estaduais de educação profissional; iii) incentivar a ampliação de vagas e a expansão da rede física de atendimento do Sistema S; e iv) fomentar a expansão da oferta de educação profissional e técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

(CASTIONI, 2001, p.73)

Na ótica do governo federal, afim de lograr ao desenvolvimento econômico da gestão que implantou o PRONATEC, o programa seria um componente da estratégia de desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que buscasse qualificar o desenvolvimento profissional de trabalhadores servindo de instrumento de fomento a inclusão social e produtiva.

Ribeiro (2014) detalha a formação dos cursos técnicos:

Esse incremento da formação se traduz em cursos técnicos, com carga horária (mínima) de 800 horas, a estudantes que estejam matriculados no ensino médio em escolas públicas, nesses casos oferecidos na modalidade concomitante (podendo receber Bolsa-Formação) e na subsequente.

(RIBEIRO, 2014, p.19)

Assim, surgia os contornos do que viria a ser a linha motriz do programa educacional do governo federal, de modo que, compatibilizasse os objetivos de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino por meio de cursos técnicos e profissionais e por meio do incremento da formação e qualificação profissional, ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores. Seguindo essa lógica, o PRONATEC criou contornos de que essa melhoria da qualidade no ensino seria necessária para o enfrentamento de uma suposta escassez de trabalhadores que dificultava a expansão dos negócios no Brasil.

2.3.1 Contexto e forma de implementação do PRONATEC

Com a justificativa da necessidade de um programa que não excluísse nenhuma pessoa, afim de democratizar o acesso da população brasileira à educação profissionalizante (CASSIOLATO, GARCIA, 2014), os cursos começaram a ser oferecidos gratuitamente, já que aquelas instituições que ofereciam cursos pagos, acabava excluindo o público que não tinham acesso. Visando amenizar estes entraves, o Ministério da Educação – MEC centralizou várias ações no que se refere a organização e a mecanização do ambiente de trabalho no sistema escolar do PRONATEC.

Entretanto, constatou-se que apenas a expansão da rede federal de ensino não seria suficiente para atender os programas de qualificação profissional.

Dessa forma, o Ministério da Educação como tal, não dispunha de um corpo para operacionalizar e acompanhar um programa dessa magnitude. Segundo Castioni (2013), isso demonstrou que embora o MEC tente aplicar uma certa organicidade e otimização a educação profissional, faltou ao ministério a experiência de como a realidade se estrutura com a relação da formação profissional no âmbito das relações de trabalho.

Assim, para “viabilizar uma oferta tão diversificada e massiva de cursos” (RIBEIRO, 2014, p. 18), o PRONATEC contou com recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do próprio Ministério da Educação (MEC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesse contexto, num primeiro momento, foi encontrado no sistema S² e nos institutos federais de educação, a viabilidade para uma parceria na oferta desses cursos. O MEC por fim realizou um acordo com o Sistema S, na qual as receitas destinadas pela contribuição na folha de pagamento das empresas e repassadas pelo INSS para assistência social (60%) e para aprendizagem (40%), a partir de então seria invertida.

Segundo Pacheco (2010), o acordo com o sistema S², previa que as entidades cumpram um programa de comprometimento de gratuidade, mediante

² O Sistema S é o termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu

repassse federal, que deveria ser utilizado para custeio das despesas com professores, compra de material didático e fardamento. Cabendo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) o acompanhamento da execução do PRONATEC para posterior envio da prestação de contas a Controladoria Geral da União (CGU). “Já que o SETEC não possuía estrutura para fiscalizar, a ajuda da CGU é crucial” (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 45). Nessa fórmula, criou-se a necessidade de ampliar e estruturar um sistema de ofertantes, cabendo também a entrada da iniciativa privada como caminho para execução do programa.

O resultado foi a garantia aos empresários do aumento gradativo de vagas em cursos gratuitos de forma escalonada vinculada a uma aplicação de recursos (CASTIONI, 2013). Este processo consolidou a relação público – privada na gestão do PRONATEC, assumindo de vez a lógica do mercado ao mesmo tempo que redefinía a propriedade estatal do processo educacional.

No quadro 2 Cassiolato e Garcia (2014) expõem a estrutura institucional e participativa que até então se organizava a oferta de educação profissional.

Quadro 2 – Organização da oferta de educação profissional prévia ao PRONATEC

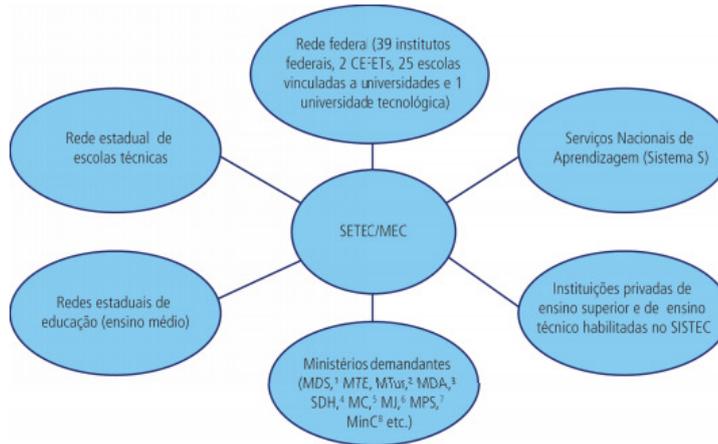


Fonte: CASSIOLATO; GARCIA (2014)

nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). As empresas pagam contribuições às instituições do Sistema S, as alíquotas variam em função do tipo do contribuinte, definidos pelo seu enquadramento no código Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS).

No quadro 03, Cassiolato e Garcia (2014) demonstram os novos atores envolvidos na execução do PRONATEC:

Quadro 3 – Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC



Fonte: CASSIOLATO; GARCIA (2014)

No segundo momento, o SETEC passou a realizar o credenciamento de instituições privadas de ensino, dado a necessidade de atender a demanda crescente por ensino profissionalizante, com isso, o Estado assumiu o apoio financeiro de modo direto às instituições privadas de ensino e conseqüentemente estimulou diretamente a expansão desse setor na oferta de educação profissional.

Haja vista que este modelo de credenciamento seria uma forma mais ágil de implementar a oferta destes cursos, ao mesmo tempo que poderia cumprir o objetivo de atender mais rápido a demanda por mão – de – obra nos setores da economia. Levando em consideração, o objetivo de democratizar a oferta de educação profissional, foi criado um arranjo institucional tendo como sua base o sistema S, a iniciativa privada por meio das instituições de ensino e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.2 Operacionalização do PRONATEC

Com a execução do PRONATEC tornou-se necessário que o MEC via SETEC operacionaliza-se um conjunto de ações no âmbito financeiro do programa, incorporado pelo componente da bolsa – formação.

A bolsa – formação tem como finalidade viabilizar o acesso do aluno a cursos presenciais por parte de instituições de educação profissional. Aos beneficiários é garantido o reembolso dos custos de alimentação, transporte e material didático – institucional. A proposta também tinha a finalidade de contribuir para atenuar a situação de desemprego e miséria social na qual a população estava submetida.

Assim, segundo o SETEC (2017), denominam-se parceiros ofertantes da bolsa – formação: o sistema S, instituições da rede federal de ensino, universidades, redes municipais e estaduais de educação profissional, instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica.

O repasse financeiro de recursos do PRONATEC é transferido da União direcionado para a rede estadual, para o sistema S e a rede privada credenciada, assim detalhados por Roriz (2014):

O Pronatec bolsa-formação também regulamentado pela Lei 12.513/2011, que institui o Pronatec, e por normas infralegais, elaboradas pelo Ministério da Educação em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O MEC é o responsável pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação da política. O FNDE é responsável pelo financiamento das bolsas-formação. A análise da prestação de contas é realizada de forma compartilhada: o MEC executa a análise técnica e o FNDE a análise financeira da prestação de contas. O FNDE transfere recursos às redes não federais de educação e, em cumprimento às normas da contabilidade pública da União, transfere o orçamento às redes de ensino Federais, via SIAFI. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as redes de ensino estaduais, municipais e privadas recebem os recursos financeiros em conta específica, por ordem bancária, diferente das instituições federais de educação (Institutos Federais e Universidades Federais), que recebem créditos orçamentários na forma de provisão. (RORIZ, 2014, p.03)

Nesse sentido, as instituições privadas que desejam ofertar turmas de bolsa – formação, deveriam atender alguns requisitos, assim denominados pelo Setec (2017):

O coordenador das ações do PRONATEC na unidade de ensino deve ter titulação mínima de graduação; Os membros do corpo docente dos cursos da Bolsa-Formação deve ter titulação mínima de técnico de nível médio ou ensino médio com experiência profissional de três anos no eixo tecnológico dos cursos que ministra; No mínimo 80% dos profissionais envolvidos na gestão pedagógica e administrativa do programa, na unidade de ensino, deve ter vínculo institucional. (SETEC, 2017, p. 13).

Ainda segundo o SETEC (2017), as instituições privadas credenciadas a executar o programa, devem possuir como infraestrutura mínima, salas de aulas compatíveis para a oferta dos cursos, atendendo plenamente as condições de acessibilidade, ventilação e iluminação.

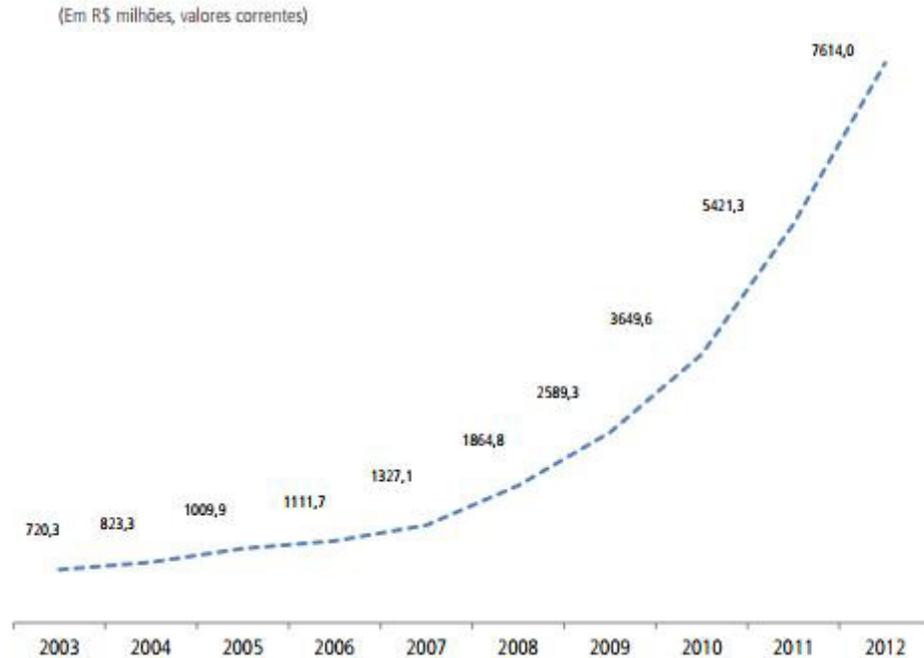
Observa-se assim, que não se trata de um investimento complexo na ótica das instituições privadas de ensino, dado as exigências perfeitamente viáveis para implantação.

Com relação à demanda e oferta, o Ministério da Educação divide as instituições de ensino em demandantes e ofertantes. Onde às instituições demandantes é atribuída a função de gerenciar e organizar a demanda de cursos, estes que são ofertados pelos parceiros ofertantes, disponibilizando os cursos de acordo com o catalogo nacional de cursos técnicos do PRONATEC, posteriormente, os recursos são creditados diretamente na conta da respectiva instituição. O pagamento de recursos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC aos parceiros ofertantes é calculada de acordo com a hora/aula aluno, de acordo com o que é estabelecido a Resolução nº 62, 11 de novembro de 2011:

§ 1º A hora-aluno representa o custo médio dos cursos nos diversos eixos tecnológicos e modalidades da educação profissional e tecnológica, e seu valor abrange todas as despesas de custeio das vagas, inclusive a remuneração de profissionais envolvidos nas atividades do programa, a prestação de assistência estudantil a beneficiários descrita no § 4º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011 e o cumprimento de todas as responsabilidades atribuídas aos parceiros ofertantes. § 2º O total de horas-aluno pactuadas pela instituição da Rede Federal de EPCT será obtido multiplicando-se o número de vagas ofertadas e registradas no SISTEC pela carga horária de cada curso, medida em horas-aula de 60 minutos. § 3º A hora-aluno corresponderá sempre à oferta de 60 minutos de aula a um aluno. § 4º O valor da hora-aluno no âmbito da Bolsa Formação será de R\$ 10,00, a partir de 1º de julho de 2012.
(BRASIL. Lei nº 12.513/2011, Art. 6º)

Atendendo ao objetivo de gratuidade dos cursos, cabe a União, a oferta de recursos orçamentários destinados ao financiamento da bolsa formação, de modo que nos anos iniciais de implantação do PRONATEC, houve um aumento crescente na disponibilidade de recursos financeiros, conforme gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Execução orçamentária do MEC: ensino profissional (2003 – 2012)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

Observa-se que a partir de 2010, ano de implantação do PRONATEC, os recursos que foram destinados ao ensino profissionalizante quase que duplicam em relação ao período anterior. Também é possível constatar que em 2011 e 2012, houve um salto dos valores do orçamento, justificado pelo fato que o programa passou a assumir sua vertente de financiamento destinada a instituições privadas de ensino, aliado ao fato que o sistema S é subsidiado pela sociedade, já que a fonte da sua receita vem da contribuição compulsória, correspondendo a um percentual da folha de pagamento de empresas dos setores da indústria, comércio, rural e transporte.

2.4 A financeirização da formação educacional

Partindo do princípio no qual o capital humano faz parte de um capital social, que configura-se na forma de investimento onde “compreende o ensino, os serviços administrativos e outros, em todos os níveis do sistema educativo e científico, e os serviços de pesquisa e desenvolvimento, dentro e fora da instituição educacional” (O’CONNOR, 1997, p.108).

Acontece que as firmas enxergam a qualificação do trabalhador como uma despesa, transferindo essa função ao sistema educacional, e este quando se propõe

a qualificar o trabalhador, acaba demandando parcerias junto ao Poder Público, como, por exemplo, o PRONATEC que, sob a justificativa de expansão da rede de Educação Profissional, se articula com a iniciativa privada.

Para o “contexto do mercado livre” (O’ CONNOR, 1997, p. 122), as empresas privadas de variados grupos e setores não se dão ao “luxo de treinar sua própria força de trabalho, ou de conduzir lucros para o valor necessário em pesquisa e desenvolvimento. Esse movimento se deve à falta de garantia da mão-de-obra qualificada permanecer na empresa, dado o fato dos empregados “procurarem posições em uma outra empresa ou em outros ramos”.

Nesse cenário, Nascimento (2012), constata que a educação se tornou um meio de potencializar o capital humano para o trabalho, ao passo que o mercado de oferta de educação se tornou um negócio lucrativo para o setor privado, possibilitado pelo aumento da oportunidade para formação de uma mão – de – obra necessária e excedente para o capital, minimizando as atribuições do Estado com a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade.

Leher (2014), contesta a explicação de que para acontecer o fortalecimento e consolidação da rede pública de educação seja necessário “ajuda” da iniciativa privada. Segundo o autor, a máquina pública acaba estimulando a expansão privada, na forma da entrada de fundos de investimentos estrangeiros. Cabendo ao Governo Federal o papel de incentivador no que se refere a educação profissional, as políticas de financiamento estudantil para “qualificação” dos jovens e financiamento direcionado às empresas para qualificarem sua mão – de – obra. Nascimento (2012) destaca o questionamento do público e privado na educação, mostrando a verdadeira face do resultado dessa política pública:

Sob a falácia da democratização do acesso à Educação, o Governo realiza parceria com a iniciativa privada para a promoção da oferta da Educação Profissional e do Ensino Superior. Essa perspectiva de oferta da Educação, em que o público se confunde com o privado, resulta na expansão de instituições privadas mediante a realização de programas para um público de baixa renda com o dinheiro público. (NASCIMENTO, 2012,p. 06)

Este processo de aprofundamento da iniciativa privada na educação ocasionou a expansão de mecanismos que oferecessem condições para estabilizar esse novo mercado promissor. Conforme salienta Carvalho (2013), o processo de mercantilização da educação se destacou na conjuntura do fenômeno da globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e

conseqüentemente do surgimento de consultorias empresariais, responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. Assim, a competição no setor educacional sai de cena, dando espaço ao processo de concentração e centralização de capital, acarretando no surgimento de grandes oligopólios empresariais – educacionais.

Com relação à disponibilidade de cursos técnicos gratuitos, as instituições de ensino superior particulares se destacam como parceiras importantes do Pronatec. Entre as instituições conveniadas ao programa, estão: UNIP, Estácio de Sá, Anhanguera, Pitágoras, UNIC, UNIME, UNOPAR, FAMA, UNIRONDON, UNIDERP, UNINOVE, Cruzeiro do Sul, Anhembi Morumbi e muitas outras (BRASIL, 2015a, online)

Segundo VALE (2017), por conta da crise que atingiu o país com maior impacto em 2013/2014, pode-se observar que as empresas educacionais passam a adotar uma renovação de estratégias afim de conquistar o mercado. Essas estratégias, que consistiam em parcerias por meio de convênios com o estado para financiar o estudante, acabou levando a um processo de bancarização destas instituições de ensino privadas, estimulando fusões para assegurar a sobrevivência. Esse movimento resulta da percepção de que “a educação se tornou um bem de consumo extremamente rentável para o setor privado, o que justifica tamanho interesse do capital na multiplicação de oportunidades de estudos” (TEODORO, 2014, p.06). De acordo com Guimarães (2014), em estudo realizado pela Fiocruz,

Em dezembro de 2013, a Bolsa de Valores de São Paulo emitiu o informe “Saraiva fecha parceria com Kroton para o Pronatec”. Segundo o texto, o objeto do contrato é o “fornecimento de conteúdo em 25 cursos ofertados pela Kroton Educacional S.A.” no âmbito do Pronatec. No mesmo texto, informa-se que no segundo semestre de 2013 a Saraiva comprou a Editora Erica LTDA numa “transação” que “marcou sua entrada no mercado de conteúdo voltado para ensino técnico profissionalizante”. (GUIMARÃES, 2014, p. 02)

Segundo LIMA (2012), em se tratando de Brasil, no momento em que a formação profissional transforma-se na forma mercadoria, é porque a partir daí o Estado assumiu a função de reprodução das forças reprodutivas a serviço do capitalismo financeiro mundial; assim, o Estado acaba assumindo um papel protagonista no “fornecimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas adequadas aos padrões técnicos vigentes” (LIMA, 2012, p. 499), satisfazendo de uma maneira dupla a iniciativa privada, no sentido de fornecer a força reprodutiva ao

passo que é colocado sob a responsabilidade do próprio setor privado a gestão desse processo.

2.4.1 Transmissão de recursos para o setor privado

Conforme informações da tabela 1 abaixo, o repasse financeiro do MEC no período entre 2011 a 2014 às instituições privadas aumentou mais que o correspondente aos sistemas nacionais de aprendizagem que compõem o Sistema S, este que em teoria, deveria ser o principal ofertante de cursos do PRONATEC.

Tabela 1 – Transferências anuais aos parceiros ofertantes do PRONATEC - 2011 a maio de 2014 (R\$) – em valores nominais

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por rede de Ensino
SNA	208.261.704,61	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	-	-	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede privada	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: FNDE (2014), Relatório Anual de Contas

Percebe-se que os recursos financeiros destinados a rede privada foram maiores do que redes municipais e estaduais, assim, podemos concluir que o estado à medida que serve como mediador dos interesses privados ditados pela demanda por mão de obra qualificada, acaba privatizando todo o processo de interesse comum para uma classe particular do modo de produção capitalista, de modo a fortalecer o mercado educacional e favorecendo a conversão da educação de direito para um serviço transferido do público para o privado. Nesse sentido, a privatização da educação ganha os seguintes contornos, segundo Vale (2017):

Nesse sentido, a privatização é um traço constitutivo da educação superior brasileira e que se realiza de modos distintos em épocas distintas, mas, no limite, remetem ao mesmo movimento: tornar espaço de realização de interesses particulares aquilo que era espaço de realização – ainda que mutilado e nos marcos da ordem burguesa – daquilo que é interesse comum (VALE, 2017, p. 04).

Nesse contexto da educação, a mercantilização não é tratada apenas como venda de qualquer mercadoria, mas como denomina VALE (2017) uma estrutura de organização social para produção e venda da mercadoria. No caso do PRONATEC, esse movimento pode ser observado a partir do momento em que foi liberado o credenciamento das instituições privadas de ensino para oferta dos cursos profissionalizantes.

Até o sistema S pode ser inserido na problemática de fortalecimento do mercado privado, pois, dada a sua posição privilegiada por ser ofertante da qualificação dos trabalhadores nos níveis de educação básica, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia e até pós – graduação; possui na sua gênese a explicação da sua enorme participação no PRONATEC:

[...] o Artigo 240 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 (CF/88), acomoda as peculiaridades dos Serviços Sociais Autônomos e reconhece de forma expressa que os mesmos são privados, titulares de receitas compulsórias próprias e que estão vinculados ao sistema sindical a que se refere o art. 8º da CF/88, agasalha ainda toda a legislação infraconstitucional que reconhece a gestão privada dessas entidades. Assim, devido à natureza de suas fontes de custeio, denominados de recursos parafiscais, por força constitucional, tais entidades, como qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que recebe recursos públicos, devem prestar contas da verba recebida, sujeitando-se, assim, ao controle do Tribunal de Contas, conforme exige o parágrafo único do art. 70 da CF/88 (LÔBO, 2013, p. 3).

Segundo Lobo (2013), pelo fato dos repasses do sistema S, serem denominados parafiscais, se torna muito difícil e complexo a aplicação do mesmo rigor a respeito da fiscalização na qual é aplicado nas instituições públicas, causando confusão nas explicações sobre a natureza público ou privada destas organizações. Tendo em vista que o sistema S não auferem lucro, mas busca superávit da receita, ao mesmo tempo utiliza repasses financeiros do PRONATEC para pagamento de fornecedores privados.

Houve um aumento da matrícula em cursos do PRONATEC entre o período de 2011 a 2014, conforme tabela 2. O que também favoreceu ao aumento de contratos com possíveis ofertantes do programa, tanto na esfera pública como principalmente na privada, de forma que esta absorção de matrículas por parte do PRONATEC conseqüentemente atraiu novos ofertantes, até mesmo pelo seu ponto de vista quantitativo. Desse modo, pode-se concluir que a privatização e a

consequente precarização do ensino via PRONATEC, é resultado, portanto, de um silencioso e ofensivo aumento da participação do setor privado na educação.

Tabela 2 – Vagas ofertadas por meio do PRONATEC de 2011 a 2014, segundo relatório de Gestão da SETEC/MEC/2013.

Cursos Técnicos		2011	2012	2013	2014¹³	Total
Bolsa- Formação	Previsto	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
	Realizado	0	101.541	304.966		406.507
Brasil Profissionaliz ado	Previsto	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
	Realizado	82.823	79.770	70.355		232.948
E-TEC	Previsto	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
	Realizado	75.364	134.341	137.012		346.717
Acordo Sistema S	Previsto	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
	Realizado	85.357	102.807	132.289		320.453
Rede Federal de EPCT	Previsto	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
	Realizado	117.621	119.274	121.958		358.853
CURSOS FIC		2011	2012	2013	2014	TOTAL
Bolsa- Formação	Previsto	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
	Realizado	22.876	531.101	1.243.047		1.797.024
Acordo Sistema S	Previsto	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
	Realizado	582.931	733.223	844.581		2.160.735
Total de Vagas Ofertadas: Técnico + FIC		966.972	1.802.057	2.854.208	3.104.936	5.922.869

Fonte: Brasil (2014b).

Este cenário de expansão das vagas realizadas maiores que as previstas em todos os períodos, tornam evidente o modo ostensivo e eficaz de como o fundo público se tornou a partir da expansão do PRONATEC um “expressivo financiador de investimentos capitalistas” RIBEIRO (2014), inclusive sendo levados a cabo pelo aporte da União e pelo BNDES.

Ao passo que se torna escancarado que as alternativas de expansão das ofertas de cursos do PRONATEC sejam moldadas de acordo com a lógica do mercado. Assim, LIMA (2012) alerta:

Esse programa (PRONATEC) trabalha com bolsas de estudo que não garantem o acesso a essa formação profissional como direito social, podendo vir a se transformar em práticas de mercantilização econômica e também política. (LIMA, 2012, p. 503).

O bolsa – formação destinado aos jovens e trabalhadores que cursam o PRONATEC, surgem como uma política de assistência social que estão inseridas no contexto de políticas compensatórias como justificativa de amenizar as misérias produzidas pelo capital, correspondente a necessidade objetiva e imediata de

sobrevivência da classe trabalhadora. Assim as políticas públicas, dentro de uma contradição, assumem um caráter dualista. E, no caso do PRONATEC, esse caráter de dualidade se manifesta com as parcerias público-privado, as quais fazem parte do receituário de orientações do Banco Mundial para que a Educação Profissional fosse gerida por empregadores e outros financiadores privados interessados, abrindo assim espaço para a privatização.

Cabe destacar que a Lei nº 12.513/2011, foi alterada pela Lei nº 12.816, 05 de junho de 2013, na qual as alterações favoreceram o ingresso e ampliação na participação das instituições de ensino privadas na execução do programa, estabelecendo contornos da função de acumulação que o programa adquiriu:

Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei.
(BRASIL, 2011, n.p. Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013.).

Essas orientações, atualmente repercutem fortemente nas políticas de Educação Profissional, e permeiam a proposta do PRONATEC, que se articula com Instituições de Ensino Superior privadas, Sistema S e demais segmentos empresariais, para ofertar cursos técnicos, com o discurso de qualificação profissional para a inserção no mundo do trabalho. Tal mecanismo sucede por meio de:

Articulação com as políticas nacionais neoliberais orquestradas pelo Banco Mundial por meio do exercício de sua grande missão: reduzir a pobreza de forma sustentada nos países em desenvolvimento, o que vale dizer, proteger o mundo para os ricos, da destruição que fazem os pobres.
(KUENZER, 2001, p. 66)

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos constatar como beneficiários dessa política, a classe de empresários por dois motivos: no momento em que ofertam os cursos do PRONATEC, onde a seleção do programa de cursos é voltada para negócios, de forma que sejam relevantes apenas para o trabalho técnico sem perspectivas teóricas, e conforme Carvalho (2013) relaciona da mesma forma que não há necessidade de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade. O segundo motivo ocorre pela privatização da

educação, na medida em que o estado como fonte de repasses públicos transfere a gestão e de certa forma a implantação da educação profissionalizante sob a responsabilidade destes empresários.

Seguindo essa linha de raciocínio, Lima (2012) explica que a precarização da formação educacional subordinada aos interesses do capital privado, devido a transferência da responsabilidade e propriedade do estado para o interesse privado, também assume essa forma na seleção e contratação do corpo docente que ministra os cursos, dado que a lei n.º 12.513/2011 (art.9 § 3º) diz:

As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Pronatec não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos.
(Diário Oficial da União, Lei nº 12.513/2011, art.9 § 3º Brasília, 27 out. 2011.)

Ou seja, o objetivo do PRONATEC de fornecer um ensino técnico com qualidade, não ocorre justamente para atender aos anseios da iniciativa privada, a qual consiste em reduzir os custos no que se refere a contratação de corpo docente qualificado somado a isso, os investimentos alocados para a infraestrutura necessária são definidos de acordo com a gestão confiada às instituições de ensino credenciadas pelo programa.

Essa privatização ocorrida no setor educacional é camuflada sob a forma de pagamento de bolsas e financiamentos estudantis, por exemplo, que no pretexto de ampliação das oportunidades de acesso à educação, acaba por fortalecer a concepção de educação como mercadoria. Toda essa precarização do ensino causado pelo PRONATEC, a fim de reduzir custos seguindo a ótica privada, favoreceu o surgimento de gigantes no setor educacional, dados a facilidade do credenciamento ao programa.

2.4.2 O apogeu dos grandes conglomerados educacionais privados

No contexto educacional, de acordo com Veronezi (2013), muitas instituições de ensino aderiram a gestão dos administradores afim de alcançarem o formato de conglomerados, recorrendo ao auxílio de grupos de investidores nacionais e

internacionais. De forma a praticar uma economia de escala, tendo o governo como um aliado nessa proposta na forma da execução dos programas educacionais.

Antes mesmo do movimento de financiamento estatal à iniciativa privada proporcionada pelo PRONATEC, no período de 2007 já havia iniciado um movimento de financeirização, no qual grandes empresas ligadas ao setor educacional passaram a receber e aplicar em ações conforme dados abaixo da BM&F (2012):

Tabela 3 – Principais grupos do mercado educacional brasileiro e ano de abertura de capital na BM&F Bovespa.

Ano	Companhia	Mercado educacional
2007	Anhanguera Educacional	Educação básica, ensino técnico e profissionalizante e educação superior (graduação, pós-graduação e educação continuada), por meio presencial e a distância.
2007	Estácio participações	Educação superior nas modalidades presencial e a distância.
2007	Sistema Educacional Brasileiro (SEB)	Educação básica presencial, ensino superior presencial e a distância.
2007	Kroton Educacional	Educação básica, ensino superior e serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático. Além de atuar no mercado nacional, tem 5 escolas associadas no Japão e 1 no Canadá.
2007	Abril Educação*	Educação básica e pré-universitária, escolas técnicas profissionalizantes e prestação e serviços.

Fonte: BM&F (2012, apud SANTOS, 2012).

Estas operações intensificaram-se a partir do momento em que a legislação atual favoreceu a constituição de instituições educacionais com fins lucrativos, ao passo que facilitou as condições para implantação de faculdades, com objetivo de atender à demanda, cada vez maior de estudantes em busca da qualificação e das empresas em busca da mão de obra especializada, desse modo, ocorreu um movimento de implantação de escolas em locais onde antes não eram necessariamente precisos, aliado a um agravante, de possuírem estruturas abaixo do ideal. Vale destacar que, no PRONATEC, as bolsas são oriundas de repasse do governo federal, ou seja, a possibilidade de inadimplência é zero.

Criou-se então um novo modelo de gestão, passando a adotar como prioridades a otimização de recursos e a oferta do produto/ensino em grandes quantidades, o que reduz automaticamente seus custos operacionais (BITTAR;

STAPANI RUAS, 2012). Nesta perspectiva, estes grupos maiores, ao buscar estratégias de crescimento e concentração, realizaram inúmeras inovações, passando a oferecer, além de cursos presenciais, novos cursos em horário noturno e em outras modalidades (semipresenciais e à distância) para atender à demanda de uma classe específica: a classe trabalhadora. Através do ensino à distância, estas instituições de educacionais privadas ampliaram o número de alunos e reduziram custos com docentes, tendo em vista que passaram a contratar docentes ou tutores horistas.

Outro movimento complementar que atraiu os grandes grupos empresariais para o setor educacional via PRONATEC, foi no que se refere ao processo de autorização, onde se passou a exigir menos para sua implantação, conforme requisitos abaixo extraídos do Manual de instruções para o processo de habilitação de unidades de ensino no âmbito do PRONATEC (2014).

“Para ofertar cursos técnicos subsequentes no âmbito do Pronatec, a Unidade de Ensino - UE privada deverá solicitar a habilitação Pronatec no Sistema de Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, observando os seguintes requisitos obrigatórios:

- possuir os atos autorizativos vigentes de funcionamento da unidade de ensino (emitido pelo órgão validador) e o de funcionamento dos cursos técnicos que deseja ofertar;
- anexar fotos digitalizadas da entrada da escola e dos laboratórios existentes;
- registrar no SISTEC, o número total de estudantes ingressantes nos períodos solicitados na tela correspondente, que seja igual ou superior a 100;
- registrar no SISTEC o número total de estudantes concluintes nos períodos solicitados na tela correspondente igual ou superior a 50;
- possuir 50% do corpo docente com tempo de experiência na instituição igual ou superior a um ano;
- apresentar uma relação igual ou superior a 1 metro quadrado por estudante entre a área de cada sala de aula e o número máximo de carteiras ou de estudantes desta sala ;
- apresentar informações sobre laboratório específico, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;

- apresentar informações referentes às condições de acesso para pessoas com deficiências, nos termos da legislação vigente (Decreto nº 5.296/2004, Decreto nº 6.949/2009 e Portaria nº 168/2013 – MEC).

Esse ambiente possibilitando as empresas alargarem seu mercado de oferta e expansão na educação privada somado a relativa facilidade para entrada no mercado educacional, atraiu variados grupos de investidores nacionais e internacionais, resultando na criação dos chamados conglomerados educacionais como por exemplo a Anhuera Educacional S.A; GAEC Educação S.A; Estácio Participações S.A; Kroton Educacional S.A; Ser Educacional S.A; Devry Education Group, etc. Seguindo essa lógica, OLIVEIRA (2011) aponta que o faturamento na ordem de R\$ 24,7 bilhões em 2011 aumentou 30% em dois anos, onde em 2013 o valor chegou a R\$ 32 bilhões. Deste faturamento global, um grupo de 13 grandes conglomerados educacionais ocupam 36,2% de participação no mercado.

Tendo em vista que o PRONATEC se tornou um programa voltado a população de baixa renda, e segundo (RIBEIRO, 2016, p. 93) “para qualificação da mão de obra de jovens trabalhadores em situação de vulnerabilidade social”. Neste cenário, propiciado pelo intuito de maximizar a riqueza dos seus acionistas, o Grupo Kroton criou uma nova estratégia orientada para levar o ensino superior, na modalidade à distância, para a população brasileira menos favorecida e residente no interior de regiões pouco exploradas até aquele momento, tais como a região Nordeste, a Amazônia e as periferias dos grandes centros Monteiro; Braga (2007).

Conforme dados da CM CONSULTORIA (2015), entre 2011 e 2014, foram realizadas 69 fusões, das quais 21 ocorreram em 2011 e 16 nos anos consecutivos.

Entre as instituições compradas que entraram na órbita da compra de IES privadas aparecem Grupo Saggin Educacional, Abril Educação, UNIBR, ACTIS (Fundo Private Equity), Manning & Napier Advisors (investidor internacional), BR Investimentos, Pollux Capital Administradora, Grupo CETEC Educacional, Grupo Rhema Educação e Escola Satélite, além da Kroton, Anhuera, Estácio e Ser Educacional.
(CM CONSULTORIA, 2015, p. 03)

Em um curto espaço de tempo, estes grandes grupos educacionais compraram as instituições menores. O que favoreceu com que as ofertas de vagas no ensino se moldem de acordo com o modelo de negócios. Segundo Souza (2003), as expansões dos programas de financiamento público foram “determinantes” para o aumento das matrículas. Possibilitando, conforme salienta

Chaves (2010), que visualizou o movimento alto do lucro das Instituições de Ensino Privadas que chegam a ser comparadas as empresas de grande porte como Vale, Gerdau e Petrobrás.

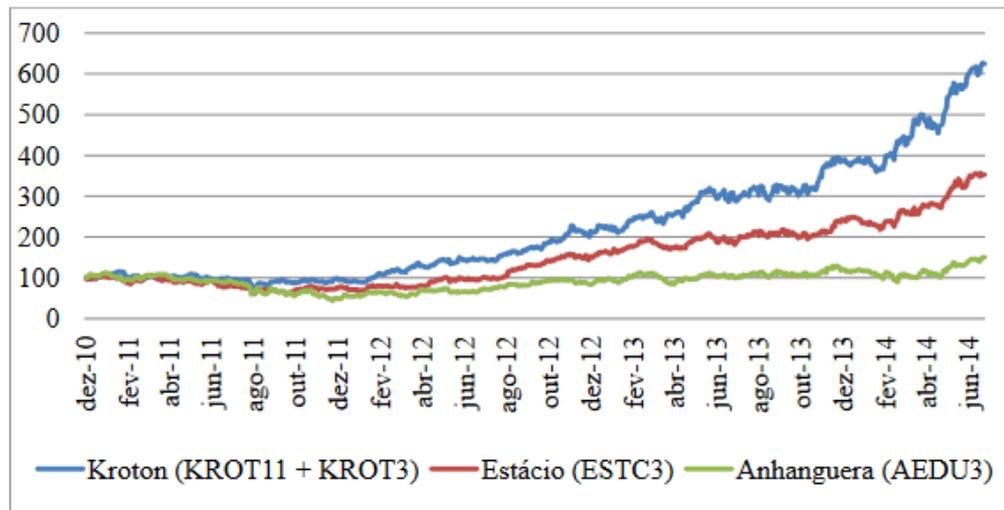
O segundo momento de ampliação desses grupos consiste nos seus processos de fusões visando solidificar ainda mais sua presença na fatia daquele mercado. Ruas (2015) explica que, “como o setor das instituições de educação superior conviveu, durante anos, com uma situação confortável, de pouca competitividade, com esse cenário despontando, a saída encontrada foi adotar como estratégia a concentração em grandes grupos para, inclusive, servir como barreira para o possível aumento da concorrência. Atualmente, dos cinco grupos educacionais brasileiros, que juntos possuem em torno de 1,4 milhões de matrículas, quatro são comandadas por empresas do setor financeiro. Conforme explica Oliveira (2015):

[...] outro dado pertinente é em relação ao *ranking* setorial de transições. Este levantamento, realizado pela KPMG no ano de 2014, mostra a educação ocupando a 5ª colocação no *ranking* de transições, o que de fato é preocupante, pois reafirma o papel mercadológico e lucrativo que esta vem apresentando. No total de 11 transições efetuadas, seis delas foram feitas por empresas de capital majoritariamente estrangeiro adquirindo empresas estabelecidas no Brasil e cinco dessas transições foram feitas por empresas brasileiras adquirindo outras empresas brasileiras. Ambas movimentações fortalecem a ação dos oligopólios (2015, p.14).

Conforme os dados levantados, pode-se concluir que ocorreu um pacto da educação pelas vias mercantis. “Com a educação brasileira ocupando cada vez mais espaço na esfera do mundo corporativo” (OLIVEIRA, 2013, p. 80). Em resumo, o conjunto de inovações já realizadas no setor por estes grupos em específico visa manter o processo de mercantilização do ensino, sem se preocupar com a formação humana. Preza-se pela quantidade e esquecem que a qualidade do ensino é determinante no processo de aprendizagem de todo estudante. “A educação superior transformou-se num grande supermercado, em cujas prateleiras produtos e serviços disputam a atenção e o desejo dos consumidores”. (BITTAR, 1999, p. 54).

Perante análise dos dados apresentados no gráfico 04 abaixo, concluímos que ocorreu uma rentabilidade nas maiores empresas educacional instaladas no país, de forma que a valorização das ações negociadas na bolsa foi coincidentemente no mesmo período em que o governo federal ampliou os repasses destinados ao PRONATEC.

Gráfico 4 – Evolução das cotações da Kroton, Estácio e Anhanguera.



2.5 Consequência do PRONATEC na desigualdade social.

De acordo com Reis (2017), todos os movimentos no que se refere a educação profissional são focadas na expansão de oportunidades, ao mesmo tempo em que atenda as diretrizes neoliberais do grande capital global. Esse modelo é pautado na crença burguesa de concepção de mundo em que a difusão da qualificação profissional pode ser o suficiente para superação do problema do desemprego e da desigualdade social.

Segundo Leher (2014), a classe empresarial que é a mesma representante dos grandes grupos educacionais, são as responsáveis pela difusão da ideologia de que o desemprego dos jovens é resultado da falta de qualificação, ao passo que sustentam a iniciativa do governo federal de promoção de campanhas de publicidade em torno da ampliação dos cursos técnicos de curta duração, como observado na prática no período eleitoral entre 2013 e 2014.

Entretanto, os programas de qualificação profissionais em que está inserido o PRONATEC, na prática não garantem ao aluno a permanência no mercado de trabalho. Segundo Reis (2017), isso se deve a sua estrutura de funcionamento, que está servindo o capital em detrimento do aluno/trabalhador, na medida em que a parceria público-privada é a base de todo o arranjo institucional do programa, no qual é voltado para atender a lógica das grandes instituições educacionais.

Depois de consumir mais de bilhões do orçamento do MEC entre 2011 a 2015, o PRONATEC não alterou o problema do desemprego no país e muito menos no combate à pobreza. De modo que “este programa foi implantado num período em que se pode perceber um baixo índice global de desemprego e contraditoriamente, uma grande oferta de vagas de trabalho não preenchidas” (CAVALCANTE; OLIVEIRA, RODRIGUES, 2014, p. 02), nesse contexto a qualificação profissional ganha características de investimento econômico visando o desenvolvimento dos processos produtivos e não como direito, resgatando o princípio da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2011).

Segundo Ciavatta e Ramos (2011) a gratuidade do acesso a instituições educacionais privadas, vem como uma forma de atenuar a falta de qualidade no ensino médio público, de forma que:

As dificuldades de implantação do ensino médio integrado se manifestam, inicialmente, como sendo de ordem operacional e conceitual. Porém, essas dificuldades são, na verdade, expressão dos limites estruturais dados pela dualidade de classes, que ganham densidade na formação de um senso comum pressionado pelas necessidades materiais imediatas e, salvo as escolas da rede federal (Cefet, institutos federais, colégios universitários), pela descrença na eficiência dos setores públicos. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 36).

Se torna nítido que o PRONATEC, afeta diretamente a qualidade da escola pública ao passo que tenta combater ou mascarar os problemas ligados a falta de estrutura no ensino público a partir da oferta de qualificações por entidades privadas. SOUZA (2003) destaca que adoção de uma lógica competitiva como promotora de qualidade, articulada à implantação de incentivos, tende a produzir resultados socialmente injustos.

Visualizando o cenário de implantação, percebe-se que ocorreu uma ausência de comunicação entre a parte demandante e ofertante dos cursos, segundo VIEIRA (2017, p.11) “os cursos ofertados foram escolhidos de acordo com as possibilidades das instituições ofertantes e não de acordo com a necessidade da demanda local para absorver os sujeitos qualificados por essa formação profissional”.

NASCIMENTO (2012, p.05) salienta que “o PRONATEC, no contexto de promoção de políticas públicas da Educação Profissional, pouco possibilita redução da desigualdade social”, porquanto é uma política de formação do trabalhador para um mercado de trabalho que, por si, já é excludente, pois não absorve o contingente

de trabalhadores qualificados ou não qualificados. Dessa forma, se torna esclarecido que o programa, no seu papel de fomento a destinação de recursos públicos às entidades privadas, consegue cumprir apenas os objetivos aliados a estrutura de acumulação do capital a despeito da ideologia do estado mínimo.

Nessa ótica, Gramsci (1987) conclui que o capitalismo subordinado se mistura aos movimentos políticos no âmbito do Estado brasileiro que, ao defenderem e imprimirem uma direção ético-política e cultural-ideológica à sociedade legitimando concepções de mundo.

A importância dada ao movimento político no âmbito do Estado no campo da Educação Profissional representa a disputa entre capital e trabalho, através da defesa de projetos distintos de formação profissional. O PRONATEC apresenta uma proposta de gestão centralizada no nível federal e descentralizada na sua implementação e o impacto das parcerias privadas expõe um movimento de conservação em relação à Política de Educação Profissional dos anos 1990. Demonstrando que as políticas educacionais encerram linguagens diferentes, apresentam discursos ideológicos, não são lineares e podem ser contraditórias, pois pertencem a sociedades determinadas em tempo e espaço e apresentam projetos defendidos por sujeitos com interesses diversos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo Dilma (2011 a 2014), afim de colocar em prática a continuidade do projeto político de seu antecessor, ampliou o PRONATEC, criado pela Lei nº 12.513/2011, visando a oferta de cursos técnicos, desvinculados do ensino médio tradicional, com cursos voltados a uma formação meramente técnica, cuja a concepção que pauta o programa é a urgência de preparação para o mercado de trabalho, afim de atender as exigências por mão de obra das grandes empresas. Conforme relata Ribeiro (2016, p. 93) onde na logística do capitalismo, “as condições sociais e econômicas determinam a função social do trabalho e direcionam o sujeito do trabalho a uma atividade produtiva mecânica e desprovida de sentido ontológico, constituindo apenas um fazer para suprir suas necessidades básicas e responder aos seus anseios animais, ao trocar a sua força de trabalho em prol de subsídios para alimentar-se, vestir-se, dentre outras necessidades”.

No cenário de implantação do PRONATEC tratado nesta pesquisa, o principal ponto de reflexão se refere a proposta de investimento do repasse público no âmbito privado da educação, ao passo que alguns setores da economia como a educação vivenciam a ausência de recursos públicos. Assim, o Estado acabou se tornando o operador fundamental das ações jurídico políticas que amparam a estrutura do movimento do capital no mercado educacional no sentido da privatização, mercantilização e empresariamento da educação, em um novo e talvez inédito patamar que o Brasil tem vivenciado.

O PRONATEC, no momento em que atende uma parcela da população em situação de vulnerabilidade social, beneficiária dos programas de assistência social e transferência de renda, mediante concessão de bolsas-formação, tem sido responsável pela expansão do Programa e pela permanência dos alunos nos cursos ofertados. O programa, entretanto, beneficia, fundamentalmente o setor privado mediante repasse de recursos públicos, o que contribui para o fortalecimento da parceria público-privado e para a mercantilização da educação.

No que se refere ao seu funcionamento nas instituições mercantis, a escolha programática é limitada e a maior parte dos cursos é voltada para os negócios, de modo que estas evitam perspectivas teóricas que não sejam imediatamente aplicáveis e relevantes ao trabalho, no mesmo sentido em que não há necessidade

de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade.

A análise do modelo de financiamento e a gestão do PRONATEC, revelou que os cursos ofertados nas instituições privadas são financiados com recursos públicos, o que contribui para o fortalecimento do mercado educacional e o crescimento de instituições privadas, transformando a educação, que deveria estar na esfera do direito, em um mercado de consumo. No que se refere ao currículo, o PRONATEC adota uma perspectiva adequada ao atendimento das demandas decorrentes das transformações do mundo do trabalho, visando a formação de um trabalhador que atenda a expectativa de mercado, em processo de qualificação aligeirada para um público que não tem acesso, em sua maioria, a uma educação formal propedêutica e direcionada para a apropriação do saber e de cultura ampla. A relação Trabalho e Educação que permeia a concepção do PRONATEC foge à compreensão do trabalho como princípio educativo, restringindo-o à esfera do mercado, portanto associando-o às condições de exploração na relação trabalho e capital.

Diante do exposto, podemos concluir que o processo de mercantilização e privatização da educação brasileira realizou-se com o auxílio do fundo público na sua constituição e nos últimos anos avança no sentido da financeirização, afim de conformar a sustentação de parcela significativa dos lucros dos grandes conglomerados de empresas educacionais.

A pesquisa permitiu ainda concluir que a implantação do PRONATEC decorreu da demanda do mercado em promover qualificação profissional, assim como estratégia para absorver a parcela pauperizada da população. O programa, embora seus objetivos o apresentem como política pública que se propunha a tratar da questão da exclusão social, na prática tem se materializado em resultados de privatismo dos recursos públicos e de aligeiramento da formação.

O governo brasileiro completou o ciclo da privatização e precarização da formação técnica de nível médio. O que antes era apenas enunciado, com o PRONATEC a educação explicitamente torna-se uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital

Ademais, o PRONATEC é um programa relativamente novo, que conserva contradições e impasses no âmbito da política de Educação Profissional,

demandando aprofundamento das investigações, especialmente no que concerne ao financiamento e aos sujeitos que são participantes do mesmo (docentes, discentes e gestores). Espera-se que o presente estudo contribua para que surjam outras pesquisas e indagações a respeito do Programa.

Podemos constatar que ocorreu um processo de formação de uma rede mantida com recursos públicos, com objetivo de contribuir na manutenção dos negócios privados na educação profissional. Cabe aqui o questionamento se saberá, no entanto, evitar a difusão da concepção privada da educação profissional? E se teremos uma nova ordem na formação de trabalhadores no país, em especial, na educação profissional, que ganha, assim, outra formatação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.513/2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 out. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 202-265.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2015a. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>>. Acesso em: 09 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Habilitação PRONATEC**. 2014. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_habil_pronatec_250714.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. 2015b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 09 out 2017.
- BARTH, Mariana Aline. **Um estudo de caso da empresa Kroton educacional S/A no cenário da educação a distância**. Florianópolis. UFSC, 2014
- BITTAR, M; STAPANI RUAS, C. M. **Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios - hegemonia do privado mercantil**. EccoS Revista Científica, n. 29, 2012, p. 115-133.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora**. Aurora. São Paulo, ano IV, No. 06, p 01 – 10, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>>. Acesso em: 06 mar 2018.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 58, n. 54, p. 761 – 801, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/275/27528783012/>>. Acesso em: 22 Dez de 2017.
- CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, No. 1919, p 01-63, jan. 2014.
- CASTIONI, Remi. **Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do pronatec**. Revista Sociais e Humanas. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, p 25-42, mar. 2013.

CAVALCANTE, Thayane; OLIVEIRA, Lígia; RODRIGUES, Simone. **A consolidação da parceria público – privada na educação: o caso do PRONATEC na cidade do Recife/PE.** Congresso Nacional de Educação. Pernambuco, set. 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_4datahora_14_08_2014_14_33_38_idinscrito_3169_47199d109cbc60bae878663e5d180b00.pdf>. Acesso em 15 Mar de 2018.

ClAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CMCONSULTORIA. **Fusões e aquisições no Ensino Superior. Panorama 2007-2014.** mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/2015-03-04%20-Quadro%20de%20Fus%C3%B5es%20nas%20IES.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

EPSJV/FIOCRUZ. **PRONATEC: público e privado na educação profissional.** 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em 06 mar de 2018.

FONSECA, Renato. Inovação tecnológica e o papel do governo. **Parcerias Estratégicas.** São Paulo, v. 13, p. 64-79, dez. 2010. Disponível em <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/195/189>. Acesso em: 3 nov de 2017.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, **A. Maquiavel, a política e o estado moderno.** 4. ed. Tradução de Luiz M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUIMARÃES, Cátia; JÚNIA, Raquel. **O privado na educação: Brasil ganha maior empresa de educação do mundo.** EPSJV/FIOCRUZ. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?>>. Acesso em 01 mar de 2018.

GUIMARÃES, Cátia; JÚNIA, Raquel. **PRONATEC: público e privado na educação profissional.** EPSJV/FIOCRUZ Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?>>. Acesso em: 01 mar de 2018.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEHER, Roberto. **O privado na educação: Brasil ganha maior empresa de educação do mundo.** 2014. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-privado-na-educacao-brasil-ganha-maior-empresa-de-educacao-do-mundo>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Rio Grande do Sul, v. 28, p. 495-513, mai./ago. 2012.

LIMA, Ricardo. **PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego: uma crítica na perspectiva marxista**. Revista Rede Estudos do Trabalho. Ano 6, número 11, Marília, UNESP. 2012

MELO, S. G. T.; MOURA, H. D. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: expansão e privatização da educação profissional**. Holos. Ano 32, vol. 6, Rio Grande do Norte. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4995>> Acesso em: 10 Abr de 2018.

MONTEIRO, C. A.; BRAGA, R. **O cenário atual do setor de ensino superior privado, 2007**. Disponível em: <<http://www.aprendervirtual.com.br/artigoInterna.php?ID=53&ID=206>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira. **O PRONATEC no âmbito das políticas públicas de educação profissional: dualidade estrutural à mercantilização da qualificação profissional**. 110 f. (Dissertação-Mestrado em Educação). Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2016. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Texto%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20finalizado_pdf%20para%20CD.pdf>. Acesso em: 2 Jan de 2017.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Soares, Inaês. **A educação vai ao mercado: considerações sobre mercantilização do ensino superior brasileiro**. ANDES -SN. Universidade e Sociedade, vol. 56. 2015

OLIVEIRA, R. P. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. Educ. Soc., v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

O GLOBO. **Governo destina R\$ 899 milhões ao Sistema S para oferta de cursos do Pronatec**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governodestina-899-milhoes-ao-sistema-para-oferta-de-cursos-do-pronatec-11449345>>. Publicado em 30/01/2014. Acesso em: 14 jun. 2014.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

REIS, Cinval. **Educação Profissional em debate: da crise financeira mundial de 2008 ao arranjo institucional do PRONATEC**. Uberlândia: UFU, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21259/1/EducacaoProfissionalDebate.pdf>>

REIS, D. M. T, Cícero; NORONHA, M. Nelson. **Mão de obra qualificada – gargalo produtivo**. Revista eletrônica mutações. Amazonas, p.28-44, ago./dez. 2015.

RIBEIRO, Jorge. **PRONATEC diante da inclusão excludente e da privatização da formação**. Revista textual. Rio Grande do Sul, p. 16-21, mai.2014.

RODRIGES, A. Taila; SALVADOR, Evilasio. **As implicações do programa de aceleração do crescimento (PAC) nas políticas sociais**. Ser Social. Brasília, v.13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9689/1/ARTIGO_ImplicacoesProgramaCrescimento.pdf> Acesso em: 04 dez de 2017.

RORIZ, José Gustavo Lopes. **Relatório de auditoria anual de contas**. Brasília, 27 ago. 2014. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2017.

SANTOS, A. V. **A governança da educação superior privada: sobre implicações da formação dos oligopólios no trabalho docente**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCB, Brasília, 2012.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SETEC. **Manual de gestão bolsa – formação PRONATEC**. Ministério da Educação. Brasília, 2ª edição, 2017.

SOUZA, Z. Sandra; OLIVEIRA, Romoaldo. **Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil**. Educsoc. Campinas, v.24, n. 84, p. 873-895, set. 2011.

TEODORO, Maria Cecília Máximo. **Capitalismo, trabalho e educação em tempos de neoliberalismo: diagnóstico e críticas**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/>> Acesso em: 15.01.2018.

VALE, A. Andréa. **Nem parece banco: as faces da financeirização da educação superior no Brasil**. 12º Encontro de Política Social. Espírito Santo. Jun. 2017

VIEIRA, B. Maria. **A análise crítica do pronatec a partir da experiência do curso técnico em informática no campus pinheiral/IFRJ**. IV Colóquio Nacional em produção do conhecimento em educação profissional. Natal, IFRN. Jul. 2017